

SUMÁRIO

1. OBJETO DA LICITAÇÃO:	2
2. DO REGISTRO DE PREÇOS:	2
3. DA PARTICIPAÇÃO E DO TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA ME/EPP	2
4. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:	2
5. APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS:	3
6. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DO ENVIO DE LANCES:	5
7. FASE DE JULGAMENTO:	6
8. FASE DE HABILITAÇÃO:.....	7
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:	9
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO RESERVA:	10
11. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:	11
12. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS:	11
13. RECURSOS:.....	11
14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES:.....	12
15. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:.....	14
16. PRAZO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:.....	14
17. DISPOSIÇÕES GERAIS:	14

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 59/2026

Processo nº: 59/2026.

Modo de Disputa: Aberto.

Tipo de Julgamento: menor preço por item.

Data e Hora: 09/03/2026 às 14h.

Site: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>.

Torna-se público que o município de Pinheiro Machado/RS, por meio do Departamento de Licitações e Contratos, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, nos termos do Decreto Municipal nº 1479 de 22 de julho de 2025 e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. OBJETO DA LICITAÇÃO:

- 1.1. O objeto da presente licitação é a aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e Vestimenta Regulamentar do Trabalho (VRT), tudo de acordo com o Termo de Referência, o qual consta em anexo do presente edital
- 1.2. O presente edital seguirá o rito procedimental comum, previsto no artigo 17 da lei 14.133/2021.
- 1.3. A licitação será realizada pelo menor preço por item.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS:

- 2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO E DO TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA ME/EPP

- 3.1. A presente licitação é destinada exclusivamente para ME/EPP.

4. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

- 4.1. Poderão participar desta licitação as empresas que atenderem as exigências do presente edital e estiverem devidamente cadastradas junto ao Órgão Provedor do Sistema, através do site <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>.
- 4.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 4.3. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

- 4.4. Não poderão participar da presente licitação:
- 4.4.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
 - 4.4.2. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.
 - 4.4.3. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.
 - 4.4.4. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si.
 - 4.4.5. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
 - 4.4.6. Agente público do órgão ou entidade licitante.
 - 4.4.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.
 - 4.4.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#), estendendo-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- 4.5. O impedimento de que trata o item 4.4.2 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

5. APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS:

- 5.1. A proposta deverá ser inserida no sistema até a data e o horário estabelecidos no preâmbulo deste edital, exclusivamente por meio do sistema, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço.
- 5.2. O envio da proposta nos termos do disposto no **item 5.1** ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 5.3. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.4. O licitante deverá enviar sua proposta, mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- I. Valor unitário e total para cada item, em moeda corrente nacional, com duas casas decimais;
- II. Marca, modelo e fabricante de cada item ofertado (conforme o caso);
- III. Descrição detalhada do objeto indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;
- 5.5. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada e, havendo divergência entre as condições da proposta e as cláusulas deste Edital, incluindo seus anexos, prevalecerão as últimas.
- 5.6. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.
- 5.7. O prazo de validade da proposta é de no mínimo 60 (sessenta) dias, a contar da data da sessão deste Pregão Eletrônico, devendo ser declarado no sistema.
- 5.8. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.9. O licitante, ao enviar sua proposta, deverá preencher, em campo próprio do sistema eletrônico, as seguintes **Declarações on-line**, fornecidas pelo Sistema de Pregão Eletrônico:
 - I. Declaração, sob as penas da Lei, que não ultrapassou o limite de faturamento e cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar. A indicação do campo “não” apenas produzirá o efeito de a licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que seja qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte;
 - II. Declaração para fins do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional, nº 20/98, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que qualquer trabalho a menores de 16 anos;
 - III. Declaração de concordância com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de cumprimento pleno dos requisitos de habilitação definidos no edital;
 - IV. Sob pena de desclassificação, declaração que as propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;
 - V. Declaração de não possuir em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do art.1º e no inciso III do art.5º da Constituição Federal;
 - VI. Declaração, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

- VII. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 5.10. Declarações falsas, relativas ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta, sujeitarão a licitante às sanções previstas neste Edital.
- 5.11. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 5.12. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DO ENVIO DE LANCES:

- 6.1. A partir do horário previsto no edital, a sessão pública na internet será aberta pelo pregoeiro com a utilização de sua chave de acesso e senha.
- 6.2. É facultado ao pregoeiro analisar as propostas e desclassificar aquelas que não estejam em conformidade com o estabelecido neste edital, devendo ser fundamentada esta decisão e registrada no sistema, sendo acompanhado em tempo real pelos participantes.
- 6.3. Quaisquer dúvidas concernentes à fase de lances deverão ser suscitadas exclusivamente pelo chat disponível pelo portal.
- 6.4. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo pregoeiro, participando da etapa de lances apenas as que forem classificadas.
- 6.5. Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- 6.6. Os lances deverão ser sucessivos, podendo apenas oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.
- 6.7. Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.8. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa ABERTO, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
 - 6.8.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
 - 6.8.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.



- 6.8.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.8.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.9. O sistema classificará as propostas mais vantajosas ao Município, em ordem crescente.
- 6.10. Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
- 6.11. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.12. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- I. empresas estabelecidas no estado do Rio Grande do Sul;
 - II. empresas brasileiras;
 - III. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - IV. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 6.13. As regras de desempate previstas não prejudicarão a aplicação do disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
- 6.14. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.15. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7. FASE DE JULGAMENTO:

- 7.1. Encerrada a etapa de negociação, se houver, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 4.4 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, podendo observar através do site <https://certidoes.cgu.gov.br/>.
- 7.1.1. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 7.2. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 4.3 e 5.9, inciso I deste edital.
- 7.3. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro convocará a proposta da empresa classificada em primeiro lugar, **no prazo mínimo de 2h** e examinará quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do

preço em relação ao valor de referência para contratação neste Edital e em seus anexos.

- 7.4. Serão desclassificadas as propostas que:
 - I. contiverem vícios insanáveis;
 - II. não obedecerem às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
 - III. apresentarem preços inexequíveis;
 - IV. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - V. apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.
 - 7.5. A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.
 - 7.6. A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no inciso IV do item 7.4.
 - 7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
 - 7.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item 7.7, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
 - I. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
 - II. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
 - 7.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
 - 7.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
 - 7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.
 - 7.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.
 - 7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
 - 7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser solicitada a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 8. FASE DE HABILITAÇÃO:**
- 8.1. Concluída a fase de julgamento das propostas, dar-se-á início à fase de habilitação das licitantes classificadas.

- 8.2. A habilitação do licitante vencedor será verificada mediante a apresentação dos seguintes documentos:
- I. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, e alterações, se houver devidamente registrado na Junta Comercial ou órgão semelhante, em se tratando de sociedades comerciais, acompanhado, no caso de sociedade por ações, de documento de eleição de seus atuais administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhado de prova da diretoria em exercício; ou decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, em vigor.
 - II. Prova de Inscrição no CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica) ou CPF (cadastro de Pessoas Físicas);
 - III. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
 - IV. Certidão Conjunta, emitida pela Secretaria da Receita Federal, referente a Tributos Federais e quanto à Dívida Ativa da União;
 - V. Certidão Negativa de débitos para com a Fazenda Estadual do domicílio da sede da licitante;
 - VI. Certidão Negativa de débitos para com a Fazenda Municipal do domicílio da sede da licitante;
 - VII. Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;
 - VIII. Certidão negativa em Matéria falimentar, concordatária e recuperação judicial e extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante;
 - IX. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, nos termos do Título VII - A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, na aplicação da Lei nº 12.440 de 7 de julho de 2011;
 - X. Certidão Simplificada da Junta Comercial ou documento semelhante, para as empresas que usufruíram dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006.
- 8.3. A documentação de habilitação poderá ser apresentada em original ou por cópia, preferencialmente assinados de forma eletrônica, quando necessários.
- 8.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
- 8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação deverão ser enviados em formato digital, exclusivamente por meio da plataforma eletrônica, no prazo fixado pelo Pregoeiro no momento da solicitação, admitida uma única prorrogação por igual período, mediante justificativa.
- 8.6. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

- 8.7. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:
- complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
 - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas; e
 - suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;
- 8.8. Encerrado o prazo concedido para o envio da documentação complementar, e não havendo manifestação por parte da licitante, considerar-se-á encerrada a oportunidade de apresentação, resultando na sua inabilitação no presente certame.
- 8.9. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.10. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

- 9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:
- a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
 - a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.
- 9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.
- 9.4. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 9.5. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
- 9.6. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

- 9.7. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.
- 9.8. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.
- 9.9. Em caso de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, os valores registrados poderão ser reajustados, mediante solicitação fundamentada do fornecedor e aprovação da Administração Pública, observadas as seguintes condições:
- I. O reajuste será efetuado com base na variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, considerando-se os últimos 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado.
 - II. A concessão do reajuste dependerá de manifestação formal e expressa da Administração Pública, após análise técnica e jurídica favorável da solicitação apresentada pelo fornecedor.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO RESERVA:

- 10.1. A formação do cadastro reserva será realizada após a fase de habilitação dos licitantes, em campo próprio no sistema.
- 10.2. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:
- a) dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
 - b) dos licitantes que mantiverem sua proposta original.
- 10.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.
- 10.3.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.
- 10.3.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 10.4. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- a) quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
 - b) quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços.
- 10.5. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:
- a) convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

- b) adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

- 11.1. As condições de pagamento constam no Termo de Referência.

12. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS:

- 12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados por forma eletrônica, diretamente pelo site <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>.
- 12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 12.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 12.4.2. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. RECURSOS:

- 13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 13.2. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 (dez) minutos, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.
- 13.3. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 13.6. A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do item 13.2, importará na decadência desse direito, e o pregoeiro estará autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.
- 13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da

interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES:

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame.

14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

- a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- d) deixar de apresentar amostra (quando exigida);
- e) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

14.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.

14.1.5. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

14.1.6. Fraudar a licitação.

14.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- a) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- b) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- c) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

14.1.8. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

14.1.9. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- I. advertência;
- II. multa;
- III. impedimento de licitar e contratar e;
- IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

- 14.3.2. As peculiaridades do caso concreto.
- 14.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.
- 14.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração.
- 14.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, a qual poderá ser feita através de publicação na imprensa oficial, através de meios eletrônicos ou, em último caso, através de correspondência devidamente registrada.
- 14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 14.9. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 14.10. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 14.11. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias

- úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 14.12. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 14.13. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

15. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:

- 15.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, quando houver, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, o qual ficará responsável pela adjudicação e homologação do objeto do certame.

16. PRAZO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

- 16.1. O licitante vencedor será convocado para assinar a ARP dentro do prazo de **5 (cinco) úteis** dias, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 16.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte, durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

17. DISPOSIÇÕES GERAIS:

- 17.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 17.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 17.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília/DF.
- 17.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 17.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 17.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 17.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 17.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

- 17.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 17.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no site <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>. e no site oficial do município, <https://www.pinheimomachado.rs.gov.br/>.
- 17.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- I. Termo de Referência;
 - II. Modelo de proposta;
 - III. Minuta da Ata de Registro de Preços.

Pinheiro Machado/RS, 23 de fevereiro de 2026.

Elizete Baldez Peraça
Sec.Agropecuaria Meio Ambiente
Mat. 02593-1

Felipe Viana de Lima
Sec. Mun. Saúde e Ação Social
Mat. 644676/1

Ricardo Ratto Finkler
Secretario M. P. e D. Projetos
Mat. 645893/1

Laura Ratto Finkler
Secr. M. de A. Social Cria, Mulher e Idoso
Mat. 645168/1

Jaqueline Castro dos Santos

Secret. da SMEC
Matrícula: 4102-5/1

Urbano Duarte Montardo Filho

Sec. Mun. Obras Viação, Transporte e Trânsito
Matrícula: 646814/1





Setor de Compras
TERMO DE REFERÊNCIA
Processo Administrativo nº 001/2026

1. DEMANDANTES

1.1. UNIDADE GESTORA

- Prefeitura Municipal

1.2. ÓRGÃOS

- Secretaria de Obras, Viação, Transporte e Trânsito
- Secretaria de Educação, Cultura e Desporto
- Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente
- Secretaria da Saúde
- Secretaria de Assistência Social, Criança, Mulher e Idoso
- Secretaria de Planejamento

2. DESCRIÇÃO DO OBJETO

O presente Termo de Referência tem por objeto o registro de preços para futura e eventual aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e Vestimenta Regulamentar do Trabalho (VRT), destinados aos servidores da Prefeitura Municipal de Pinheiro Machado, conforme especificações técnicas, unidades de fornecimento e quantitativos estimados.




A contratação será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços, possibilitando aquisições parceladas, por item, durante a vigência da Ata, de acordo com a necessidade da Administração, não gerando obrigação de contratação da totalidade dos quantitativos registrados.



A tabela contendo a descrição detalhada dos itens, incluindo imagens ilustrativas, unidades de fornecimento e quantitativos estimados será apresentada logo abaixo, integrando o corpo deste Termo de Referência.




Tabela 1. DESCRIÇÃO DETALHADA DOS ITENS



CLASSE 1 - EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI)					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Avental de Procedimento Descrição geral: Paramentação; esterilidade: não estéril; descartável; material: não tecido polipropileno SMS com lâmina de polietileno; barreira: com barreira bacteriana; propriedades: hidro-repelente e impermeável; gramatura:	Unidade	2800	R\$ 9,73	R\$ 27.244,00



	<p>aproximadamente 50 g/m²; modelo: manga longa com punho em elástico tamanho: único; cor: com cor; fechamento: posterior no pescoço e cintura.</p> 				
2	<p>Macacão Impermeável Descrição geral: Macacão de proteção individual; material: impermeável, com capuz; fechamento frontal; punhos e tornozelos ajustáveis. Tamanhos variados.</p> 	Unidade	80	R\$ 17,94	R\$ 1.435,20
3	<p>Máscara Descartável Descrição geral: Máscara de proteção facial, descartável, tripla camada com filtro bacteriano; elástico auricular.</p> 	Caixa	450	R\$ 8,18	R\$ 3.681,00
4	<p>Máscara N95 Descrição geral: Respirador particulado N95, com CA; descartável; formato anatômico; elástico auricular ou de cabeça.</p>	Unidade	350	R\$ 0,99	R\$ 346,50


					
5	<p>Calçado ocupacional sem cadarço (botina) Descrição geral: Botina ocupacional; couro vaqueta; dorso acolchoado; forro em não tecido; palmilha fixada pelo sistema strobrel; solado em PU bidensidade, antiderrapante, resistente a óleo combustível; com CA. Numeração: do 33 ao 46, a serem definidos no ato do pedido.</p> 	Par	60	R\$ 52,13	R\$ 3.127,80
6	<p>Luva de malha e borracha Descrição geral: Luvas de Segurança, com Certificado de Aprovação (CA) válido pelo Ministério do Trabalho. Comprimento mínimo de 36 cm. Composição: malha sintética e borracha nitrílica; acabamento: borracha nitrílica na palma e pontas dos dedos. Cores: Azul e preto ou cinza e preto; Proteção contra agentes abrasivos, escoriantes, cortantes, perfurantes e contra agentes químicos (alta performance para produtos químicos: A B D F H J K L M N O P T); Tamanhos: P, M, G e GG, a serem definidos no ato do pedido.</p> 	Par	150	R\$ 7,86	R\$ 1.179,00
7	<p>Luva de malha pigmentada com PVC Descrição geral: luva de segurança tricotada em malha (4 fios) de algodão/poliéster; malha tricotada com 4 fios; Material: 70% algodão e 30% poliéster; palma e face de dedos pigmentada com PVC antiderrapante;</p>	Par	200	R\$ 2,34	R\$ 468,00

	<p>punho de elástico ou malha com acabamento que impeça a entrada de resíduos sólidos; cor base da malha: natural (crua) ou clara; proteção das mãos contra agentes mecânicos leves (abrasão, escoriação, perfuração leve). Tamanhos: P, M, G e GG, a serem definidos no ato do pedido.</p> 				
8	<p>Luva térmicas 5 dedos Descrição geral: luvas para cozinha, modelo 5 dedos; Comprimento: 45 cm; Impermeável; Antichama; forrada; térmica até 250°; Resistência à abrasão. Com Certificado de Aprovação (CA) válido pelo Ministério do Trabalho. Desenvolvida para atender às demandas rigorosas da cozinha profissional, com proteção eficaz em ambientes de alta temperatura.</p> <p>possui forro interno</p> 	Par	40	R\$ 168,95	R\$ 6.758,00
9	<p>Sapato de segurança em EVA Descrição geral: sapato de Segurança Profissional, cor branca; confeccionado em 100% EVA; impermeável; solado antiderrapante com classificação mínima SRC; indicado para cozinhas industriais, manipulação de alimentos e serviços de limpeza; proteção contra riscos de natureza leve, agentes abrasivos, escorregantes e escoantes; palmilha interna removível, permitindo melhor higienização; formato anatômico; fácil limpeza; com Certificado de Aprovação (CA) válido emitido pelo Ministério do Trabalho. Tamanhos do 33 ao 46, a serem definidos no ato do pedido.</p>	Par	90	R\$ 74,68	R\$ 6.721,20


					
10	<p>Calçado ocupacional com cadarço (botina) Descrição geral: botina de segurança confeccionada em couro legítimo ou nobuck, de alta resistência, projetada para oferecer proteção e conforto durante longas jornadas de trabalho em ambientes exigentes. Com solado antiderrapante em poliuretano (PU) bi-densidade, com estrutura injetada no cabedal, garantindo maior durabilidade e segurança contra escorregamentos. Fechamento por cadarço e biqueira reforçada, em plástico, para proteção adicional contra impactos. com Certificado de Aprovação (CA) válido emitido pelo Ministério do Trabalho. Tamanhos do 33 ao 46, a serem definidos no ato do pedido.</p> 	Par	300	R\$ 84,50	R\$ 25.350,00
11	<p>Capacete com sistema push-key Descrição geral: capacete com sistema push-key, sistema de suspensão com 4 pontos e dupla etapa de amortecimento, que inclua a carneira, tira de absorção de suor larga, casco do capacete feito de polietileno de alta densidade. Produto aprovados de acordo com as normas ABNT NBR 8221 e possua Certificado de Aprovação (CA) do Ministério do Trabalho.</p> 	Unidade	06	R\$ 60,39	R\$ 362,34




12	<p>Luva em couro de vaqueta – cano curto</p> <p>Descrição geral: luva de segurança confeccionada em couro bovino tipo vaqueta curtido ao cromo, espessura do couro (parte útil – palma/dorso): de 0,60 mm a 0,70 mm; duplo reforço (interno ou externo) nas áreas de maior desgaste (por exemplo, entre polegar e indicador, palma); punho confeccionado em raspa de couro; costuras resistentes (linha de algodão ou de material apropriado para couro); ajustes no dorso (elástico ou encaixe); corte anatômico para melhor ajuste à mão. Finalidade: proteção contra agentes mecânicos (abrasão, escoriação, perfuração leve). Com Certificado de Aprovação (CA) do Ministério do Trabalho. Tamanhos: P, M, G e GG, a serem definidos no ato do pedido.</p> 	Par	220	R\$ 12,80	2.816,00
13	<p>Luva em couro de vaqueta – cano longo</p> <p>Descrição geral: Luva de segurança confeccionada em vaqueta natural curtida ao cromo, com reforço palmar interno, com elástico embutido no dorso, acabamento em viés, costurada com linha de nylon, comprimento do punho 20cm em raspa. Aprovado para proteção das mãos do usuário contra agentes abrasivos, escoriantes, cortantes e perfurantes. possui reforço interno na palma. Com Certificado de Aprovação (CA) do Ministério do Trabalho. Tamanhos: P, M, G e GG, a serem definidos no ato do pedido.</p> 	Par	10	R\$ 16,92	R\$ 169,20
14	<p>Bota de borracha vulcanizada cano longo</p>	Par	200	R\$ 60,57	R\$ 12.114,00

	<p>Descrição geral: Bota de segurança com cano longo, confeccionada em borracha vulcanizada preta, totalmente impermeável. Possui solado antiderrapante em PVC que proporciona aderência segura em diferentes superfícies. Equipamento de proteção individual indicado para uso geral em ambientes que exigem resistência à água e segurança contra escorregamentos. Conta com biqueira e palmilha de aço para proteção adicional contra impactos e perfurações, garantindo segurança e conforto durante o uso. Com Certificado de Aprovação (CA) do Ministério do Trabalho. Tamanhos do 33 ao 46, a serem definidos no ato do pedido.</p> 				
15	<p>Bota de PVC com forro cano médio Descrição geral: Bota ocupacional impermeável, confeccionada em policloreto de vinila (PVC), com solado com ranhura no salto, fácil limpeza e que retarda a passagem de temperatura. Altamente resistente a bactérias, ambientes refrigerados, ácidos, óleos e solventes. Estrias laterais que facilitam o calçar; impermeável; cano médio em torno de 26cm; com forração interna em poliéster; sem biqueira; antiderrapante. Com Certificado de Aprovação (CA) do Ministério do Trabalho. Tamanhos do 33 ao 46, a serem definidos no ato do pedido.</p> 	Par	6	R\$ 33,76	R\$ 202,56
16	<p>Luva de segurança em raspa de couro Descrição geral: Luva de segurança confeccionada em raspa de couro para uso em operações de soldagem; material externo: couro tipo raspa bovino curtido</p>	Par	200	R\$ 19,50	R\$ 3.900,00

	<p>(raspa de couro); forro interno completo (até o punho), com material resistente ao calor (ex: manta refratária, tecido anti-chama, GO150 ou equivalente); costurada com fio de aramida (ex: linha Kevlar); reforço adicional nas regiões de maior desgaste (palma, entre polegar e indicador, dorso); punho com 20 cm ou mais, de raspa ou reforçado; devendo proteger parte do antebraço; com resistência térmica: suportar temperaturas elevadas. Com Certificado de Aprovação (CA) do Ministério do Trabalho. Tamanhos: P, M, G e GG, a serem definidos no ato do pedido.</p>				
					
17	<p>Luva de segurança isolante Descrição geral: Luva de segurança isolante elástica (borracha) para proteção contra choque elétrico em alta tensão; material externo: borracha isolante (composto elastomérico adequado para tensão elétrica); cor: preta (podendo ter marcações/etiquetas de classe em cor distinta); Classe 1; tensão de ensaio (teste): 10.000 volts; tensão máxima de uso: até 7.500 V (ou conforme norma/fornecedor); Tipo II (resistente ao ozônio), se aplicável; comprimento necessário para garantir cobertura da mão, punho e parte do antebraço; marcações exigidas: identificação da classe, número de lote, número de série, fabricação, número CA (Certificado de Aprovação) ou outro registro legal; normas requeridas: conformidade com normas brasileiras (NBR) e internacionais aplicáveis (ex: NBR 10622, ASTM D 120); Com Certificado de Aprovação (CA) do Ministério do Trabalho. Tamanhos: P, M, G e GG, a serem definidos no ato do pedido.</p>	Par	30	R\$ 379,67	R\$ 11.390,10

					
18	<p>Protetor solar FPS 60 – Frasco 200 ml Descrição geral: Protetor solar dermatologicamente testado, com amplo espectro de proteção contra radiações UVA e UVB. Deve apresentar Fator de Proteção Solar (FPS) 60, garantindo alta proteção contra queimaduras solares e prevenção do fotoenvelhecimento precoce. Apresentado na forma de loção cremosa, de fácil espalhabilidade, toque seco ou aveludado, não oleosa, com rápida absorção e adequada para todos os tipos de pele, inclusive peles sensíveis. Deve possuir resistência à água e ao suor, sem deixar resíduos esbranquiçados ou pegajosos. Deve estar em conformidade com as normas da ANVISA e possuir registro válido no órgão competente. Validade mínima: 1 ano.</p> 	Unidade	300	R\$ 17,51	R\$ 5.253,00
19	<p>Uniforme de segurança para eletricitista Descrição geral: formado por camisa de manga longa e calça modelo 1/2 cós, confeccionado em tecido retardante à chama, composto por 88% algodão e 12% poliamida, com gramatura nominal de 8,18 oz/yd² (277,5 g/m²). EPI para atividades com risco de arco elétrico e fogo repentino, classificado como Risco 2, conforme exigências da NR10 e normas técnicas ISSO 11612 (proteção contra calor e chama) e ASTM F1506 (desempenho térmico de vestuário contra arco elétrico). Camisa: manga longa com gola esporte, fechamento frontal com botões retardantes à chama;</p>	Unidade	30	R\$ 384,25	R\$ 11.527,50

	<p>Fita refletiva aplicada nas costas e ombros; identificação do EPI, Risco e ATPV bordados. Calça: cós ½, fechamento com botão retardante à chama e braguilha com proteção; cós traseiro com elástico de 40 mm e 5 passantes para cinto; 2 bolsos frontais chapados e 2 bolsos traseiros chapados. Com ou sem faixa refletiva nas pernas; bordado de identificação do EPI, Risco e ATPV. Com Certificado de Aprovação (CA) emitido pelo Ministério do Trabalho. Tamanhos: P, M, G, GG e EXG, a serem definidos no ato do pedido.</p> 				
20	<p>Luva Antiestática PU Descrição geral: Luva Antiestática PU confeccionada em nylon, com revestimento em poliuretano na palma, face palmar e ponta dos dedos, oferecendo máxima proteção antiestática (dissipativa) sem comprometer a sensibilidade e o tato; dorso ventilado para maior conforto térmico, tornando-a ideal para manuseio de produtos eletroeletrônicos e outras atividades que exigem precisão; formato anatômico com punho elástico para ajuste perfeito e conforto prolongado. Com Certificado de Aprovação (CA) emitido pelo Ministério do Trabalho. Tamanhos: P, M, G, GG e EXG, a serem definidos no ato do pedido.</p> 	Par	5	R\$ 17,34	R\$ 86,70
21	<p>Óculos de segurança antiembaçante Óculos de segurança indicado para proteção dos olhos do usuário contra impactos de partículas volantes e contra raios ultravioleta (UVA e UVB); constituídos de arco de material plástico (náilon) com meia-proteção nas bordas, um pino central e duas fendas nas</p>	Unidade	5	R\$ 5,94	R\$ 29,70



	<p>extremidades da armação utilizadas para o encaixe de visor confeccionado em policarbonato com um furo central para encaixe do pino do arco, apoio nasal e protetor lateral injetado do mesmo material do visor; Com Certificado de Aprovação (CA) emitido pelo Ministério do Trabalho.</p> 				
CLASSE 2 - VESTIMENTA REGULAMENTAR DO TRABALHO (VRT)					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
22	<p>Jaqueta Parca Nylon Descrição geral: Jaqueta em nylon, com bolsos e capuz; impermeabilidade mínima de 1500 mm de coluna d'água; colorida; com brasão da Prefeitura, brasão SUS e identificação (bordados ou estampados). Tamanhos: PP, P, M, G, GG, EXG, a serem definidos no ato do pedido.</p> 	Unidade	150	R\$ 166,28	R\$ 24.942,00
23	<p>Jalecos Brancos com Bordado Descrição geral: Jaleco em tecido Oxford, cores branco e azul claro (conforme pedido); manga longa; gola tradicional; com bolsos; bordado com logo e profissão. Tamanhos: PP, P, M, G, GG, EXG, a serem definidos no ato do pedido.</p> 	Unidade	60	R\$ 44,32	R\$ 2.659,20

24	<p>Jalecos com Bordado Descrição geral: Jaleco com tema infantil; manga longa; gola tradicional; tecido Oxford; com bolsos; bordado com logo e profissão. Tamanhos: PP, P, M, G, GG, EXG, a serem definidos no ato do pedido.</p> 	Unidade	20	R\$ 115,00	R\$ 2.300,00
25	<p>Tarjeta Patch bordado SAMU 192 Descrição geral: Tarjeta bordada confeccionada em tecido de alta qualidade, com velcro: parte áspera (macho) já costurada no patch e a parte macia (fêmea) avulsa, para fixação posterior nos macacões; Tamanho: 5 cm x 21 cm. Personalização dos bordados: 1 unidade – enfermeira  5 unidades - técnico em enfermagem  4 unidades – Condutor </p>	Unidade	15	R\$ 21,40	R\$ 321,00
26	<p>Macacão socorrista SAMU 192 Rit stop Descrição geral: Macacão confeccionado em tecido techno rit stop, composição 67% Poliéster e 33% Algodão. Dois bolsos chapados na cintura, Dois bolsos com zíper acima da cintura, Dois bolsos na parte de trás com lapela e faixa adesiva para fechamento, Dois bolsos tipo cargo nas pernas com lapela e faixa adesiva para fechamento, com joelheira para maior durabilidade, bordado do SAMU na frente lateral, costas, na manga direita e a bandeira do Brasil na manga esquerda, com faixa adesiva na manga, para ajustar o fechamento, faixa adesiva ajustável na cintura e elástico nas costas, dois espaços adesivos um nas costas outro ao lado direito do tórax para uso de identificação, com faixas refletivas de 5cm para atender a norma</p>	Unidade	20	R\$ 255,64	R\$ 5.112,80

	<p>da ABNT 15292. Tamanhos: PP, P, M, G, GG, EXG, a serem definidos no ato do pedido.</p> 				
27	<p>Camisas gola polo SAMU Descrição geral: Camisas gola polo manga curta tradicional de cor vermelha, tecido de Malha Piquet PA 50% algodão e 50% poliéster, fechamento no decote por 2 botões, com logomarca do SAMU 192 (bordada ou estampada) no peito e costas. Tamanhos: PP, P, M, G, GG, EXG, a serem definidos no ato do pedido.</p> 	Unidade	15	R\$ 44,74	R\$ 671,10
28	<p>Camisetas manga longa SAMU Descrição geral: Camisetas 100% algodão, manga longa, com punho, gola careca, cor azul marinho, com logomarca do SAMU 192 (bordada ou estampada) no peito e nas costas. Tamanhos: PP, P, M, G, GG, EXG, a serem definidos no ato do pedido.</p> 	Unidade	15	R\$ 28,74	R\$ 431,10
29	<p>Jaquetas padrão SAMU Descrição geral: Jaqueta confeccionada em nylon forrado com matelassê para</p>	Unidade	10	R\$ 275,78	R\$ 2.757,80



	<p>maior conforto e isolamento térmico, cor Azul Marinho, seguindo o padrão do SAMU, com as seguintes personalizações: Frente: Logomarca do SAMU 192 (bordada ou estampada), medindo 9x12 cm. Costas: Logomarca do SAMU 192 (bordada ou estampada), medindo 14x18 cm; Faixa refletiva de 5 cm na cor cinza. Faixa laranja/vermelha nas mangas, medindo 2,5 cm; elástico de 3 cm nos punhos para melhor ajuste, Gola tipo polo para maior conforto, Fechamento em zíper com lapela para proteção do zíper impermeável, Dois bolsos na transversal para conveniência. As medidas obedecem às normas técnicas ABNT NBR 16060:2012. Tamanhos: PP, P, M, G, GG, EXG, a serem definidos no ato do pedido.</p>				
30	<p>Camisetas 100% algodão Descrição geral: Camisetas básicas, cor branca, gola redonda. Material 100% algodão 30.1 penteado, de alta qualidade, garantindo conforto e respirabilidade durante o uso prolongado. Com gramatura mínima de 180 g/m², de modo a garantir opacidade adequada, evitando transparência e marcação de roupa íntima, mesmo sob iluminação intensa ou uso contínuo. A parte frontal da deverá conter estampa em silkscreen, aplicada no lado esquerdo do peito, com o brasão oficial da Prefeitura Municipal de Pinheiro Machado/RS, conforme imagem ilustrativa disponível no site oficial da Prefeitura. A estampa deverá possuir dimensões aproximadas de 8 cm (largura) x 10 cm (altura), admitindo-se variação máxima de até 10%, de modo a assegurar boa proporção, visibilidade e legibilidade das letras e elementos gráficos, independentemente do tamanho da camiseta. A impressão deverá ser realizada com tintas de alta qualidade, próprias para uso em vestuário profissional, garantindo alta</p>	Unidade	150	R\$ 30,70	R\$ 4.605,00



	<p>durabilidade, excelente fixação e resistência a lavagens frequentes, sem ocorrência de desbotamento, rachaduras, descascamento ou perda de definição. O brasão deverá apresentar cores fiéis ao padrão oficial, com acabamento uniforme, contornos bem definidos e perfeita nitidez, assegurando a preservação da identidade visual institucional ao longo do tempo e do uso contínuo. Tamanhos: PP, P, M, G, GG, EXG, a serem definidos no ato do pedido.</p> 				
31	<p>Calças brim unissex Descrição geral: Calças unissex em tecido brim pesado profissional, com elastano; elástico na cintura e três bolsos. Cor: azul marinho; Tamanhos: PP, P, M, G, GG, EXG, a serem definidos no ato do pedido.</p> 	Unidade	70	R\$ 53,70	R\$ 3.759,00
32	<p>Calças malha helanca Descrição geral: Calças malha Helanca unissex, 100% poliéster, cor azul marinho. Calça com corte reto e com bolsos laterais. Cintura com cós elástico para ajuste confortável e seguro. Acabamento reforçado para maior durabilidade e resistência. Tamanhos: PP, P, M, G, GG, EXG, a serem definidos no ato do pedido.</p>	Unidade	90	R\$ 32,32	R\$ 2.908,80

					
33	<p>Touca cirúrgica em tecido tricoline Descrição geral: Gorro cirúrgico Unissex com tiras de amarrar. Confeccionado em tecido 100% algodão, garantindo conforto e proteção; lavável e reutilizável; tamanho único, ajustável na hora da amarração.</p> 	Unidade	10	R\$ 13,45	R\$ 134,50
34	<p>Macacão de campo veterinário Descrição geral: Macacão de campo veterinário, unissex, azul escuro, com zíper e bolsos frontais, com elástico na cintura, em tecido gabardine, com proteção UV50+, nas apresentações em manga longa e manga curta. Tamanhos: PP, P, M, G, GG, EXG, a serem definidos no ato do pedido.</p> 	Unidade	6	R\$ 191,90	R\$ 1.151,40
35	<p>Calça de brim com faixa reflexiva Descrição geral: Calça de brim pesado na cor escura, confeccionada em tecido 100% algodão, destinada ao uso profissional para ambientes laborais, proporcionando conforto e segurança ao usuário. A peça apresenta faixa refletiva em tecido gorgurão 100% poliéster, verde fluorescente, com 5 cm de largura,</p>	Unidade	200	R\$ 63,70	R\$ 12.740,00

	<p>posicionada nas partes frontal e traseira das pernas, garantindo alta visibilidade. A fixação da faixa é feita por costura dupla, atendendo aos requisitos da norma ABNT NBR 15292. Tamanhos: PP, P, M, G, GG, EXG, a serem definidos no ato do pedido.</p> 				
36	<p>Camiseta sem gola 100% algodão Descrição geral: Camiseta de uniforme masculino, cor azul escuro, confeccionada em tecido 100% algodão 30.1 penteado; modelo adulto com gola careca, manga curta e manga longa, barra reta e costura simples, ideal para uso em ambientes laborais. Tamanhos: PP, P, M, G, GG, EXG, a serem definidos no ato do pedido.</p> 	Unidade	300	R\$ 24,66	R\$ 7.398,00
37	<p>Macacão em brim 100% algodão Descrição geral: Macacão confeccionado em brim 100% algodão, na cor escura, reforçado para uso profissional em ambientes laborais que demandam alta resistência e segurança. O modelo possui mangas longas com elástico nos punhos, proporcionando melhor ajuste e proteção ao usuário. Apresenta faixa refletiva aplicada diretamente no tecido de brim, garantindo maior visibilidade em condições de baixa luminosidade, contribuindo para a segurança do trabalhador. Além disso, o macacão possui costuras reforçadas que aumentam sua durabilidade e resistência ao desgaste; com bolsos funcionais distribuídos estrategicamente; faixa</p>	Unidade	150	R\$ 189,11	R\$ 28.366,50

	<p>Refletiva aplicada em tecido de alta visibilidade, geralmente verde fluorescente, com costura reforçada; deve atender à ABNT NBR 15292 para segurança em ambientes de risco. Tamanhos: PP, P, M, G, GG, EXG, a serem definidos no ato do pedido.</p> 				
38	<p>Avental de cozinha Descrição geral: avental de cozinha, com bolso, cor branca; dimensões aproximadas: 58 cm de largura, 83 cm de comprimento; tecido: oxford.</p> 	Unidade	70	R\$ 27,86	R\$ 1.950,20

3. FUNDAMENTAÇÃO/JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A contratação justifica-se pela necessidade de assegurar condições adequadas de segurança, saúde e identificação funcional aos servidores municipais que desempenham atividades com exposição a riscos físicos, químicos, biológicos, mecânicos, elétricos e térmicos, bem como àqueles que necessitam de vestimentas padronizadas para adequada apresentação no ambiente de trabalho.

Os Equipamentos de Proteção Individual são indispensáveis para a preservação da integridade física e da saúde dos trabalhadores, nos termos da Norma Regulamentadora nº 06 (NR-06), enquanto a Vestimenta Regulamentar do Trabalho atende à necessidade de padronização visual, identificação institucional e conforto, sem se caracterizar como EPI.

A contratação encontra-se alinhada ao Planejamento Anual de Contratações do Município e às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

4. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A estimativa do valor da contratação foi elaborada a partir de pesquisa de preços realizada em banco de preços públicos e contratações similares de outros entes da Administração Pública, observando-se os critérios estabelecidos pela legislação aplicável, estando o mesmo devidamente anexado aos autos.

Conforme o relatório, o valor total estimado para a presente contratação é de **R\$ 226.370,20 (duzentos e vinte e seis mil, trezentos e setenta reais e vinte centavos)**.

5. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

O objeto caracteriza-se como aquisição de bens comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, sendo adotado o critério de julgamento pelo menor preço por item. O fornecimento ocorrerá de forma parcelada, conforme demanda das Secretarias, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

5.1. REQUISITOS TÉCNICOS

Os produtos deverão:

- ser novos, de primeiro uso e livres de defeitos;
- atender às especificações técnicas mínimas exigidas;
- possuir CA válido, quando aplicável;
- apresentar resistência, durabilidade e conforto compatíveis com o uso;
- atender às normas técnicas e regulamentadoras vigentes.

5.2. FORMA E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DO FORNECEDOR

Modalidade: Pregão Eletrônico;

Sistema: Registro de Preços;

Critério de julgamento: Menor preço por item;

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

As entregas serão realizadas de forma parcelada, mediante emissão de ordens de fornecimento, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, devendo ser realizadas no município de Pinheiro Machado, em locais indicados pela Administração. O prazo de entrega será de até 15 dias após a emissão de empenho.

7. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A fiscalização das entregas será realizada por servidores designados pela Administração nas notas de empenho, aos quais competirá:

- acompanhar e fiscalizar o fornecimento;
- verificar a conformidade dos materiais entregues;
- registrar ocorrências e comunicar irregularidades;
- atestar notas fiscais somente após a conferência dos materiais.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

O pagamento será efetuado após a entrega dos materiais e o devido atesto da nota fiscal pelo fiscal da contratação, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias após a

liquidação a nota de empenho, observadas as disposições do edital e da legislação vigente.

A medição para fins de pagamento será realizada com base nas unidades efetivamente entregues.

9. VEDAÇÕES E OUTRAS CONDIÇÕES

É vedado o fornecimento de materiais em desacordo com as especificações técnicas, bem como a substituição de produtos sem prévia autorização da Administração.

10. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução adotada para atendimento da demanda consiste na utilização do Sistema de Registro de Preços (SRP) com julgamento pelo menor preço por item, para a aquisição de Equipamentos de Proteção Individuais e Vestimentas Regulamentares de Trabalho, com fornecimento parcelado, por item, garantindo flexibilidade, economicidade, competitividade e adequada gestão de estoques.

A adoção do Sistema de Registro de Preços, aliada à contratação por item, amplia a competitividade entre os fornecedores, possibilita a participação de empresas especializadas em determinados produtos, reduz o risco de fracasso de itens e contribui para a obtenção da proposta mais vantajosa, assegurando economicidade, eficiência e adequada gestão de estoques pela Administração.

11. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Considerando que a presente demanda refere-se a procedimento realizado por meio do Sistema de Registro de Preços, não se faz necessária a indicação de dotação orçamentária no momento da formalização deste termo, uma vez que não há obrigação de contratação imediata. A indicação da respectiva dotação orçamentária e a comprovação da disponibilidade orçamentária ocorrerão por ocasião da efetiva contratação, previamente à emissão do empenho, conforme as disposições da legislação vigente.

Pinheiro Machado, 11 de fevereiro de 2026.

Urbano Duarte Montardo Filho

Secretário Municipal de Obras, Viação, Transporte e Trânsito
Mat. 64.681-4

Jaqueline Castro dos Santos

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto
Mat. 4.102-5

Elizete Baldez Peraça
Secretária Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente
Mat. 259-3

Felipe Viana de Lima
Secretário Municipal de Saúde
Mat. 64.467-6

Laura Ratto Finkler
Secretária Municipal de Assistência Social, Criança, Mulher e Idoso
Mat. 64.516-8

Ricardo Ratto Finkler
Secretário Municipal de Planejamento e Desenvolvimento de Projetos
Mat. 64.589-3



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 459B-2060-0FCC-3B26

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ RICARDO RATTO FINKLER (CPF 021.XXX.XXX-74) em 24/02/2026 09:42:47 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ✓ URBANO DUARTE MONTARDO FILHO (CPF 467.XXX.XXX-34) em 24/02/2026 09:47:58 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ✓ JAQUELINE CASTRO DOS SANTOS (CPF 000.XXX.XXX-40) em 24/02/2026 09:52:22 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ✓ ELIZETE BALDEZ PERAÇA (CPF 576.XXX.XXX-20) em 24/02/2026 10:00:52 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ✓ FELIPE VIANA DE LIMA (CPF 015.XXX.XXX-51) em 24/02/2026 14:21:41 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ✓ LAURA RATTO FINKLER (CPF 011.XXX.XXX-02) em 24/02/2026 15:05:43 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://pinheimachado.1doc.com.br/verificacao/459B-2060-0FCC-3B26>



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA DE PINHEIRO MACHADO
Setor de Licitações

Fl. nº	
--------	--

ANEXO II – PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)

Pregão ELETRÔNICO Nº 59/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 59/2026

Data da sessão: __/__/2026

Horário: __h

IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE

NOME DE FANTASIA:						
RAZÃO SOCIAL:						
CNPJ:			INSC. EST.:			
OPTANTE PELO SIMPLES? SIM () NÃO()						
ENDEREÇO:						
BAIRRO:			CIDADE:			
CEP:			E-MAIL:			
TELEFONE:			CONTATO DA LICITANTE:			
BANCO DA LICITANTE:			CONTA BANCÁRIA DA LICITANTE:			
Nº DA AGÊNCIA:						
ITE NS	DESCRIÇÃO	MARC A	QUAN T.	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1.						
2.						
TOTAL POR EXTENSO:						

A EMPRESA:..... DECLARA QUE:

- 1 ESTÃO INCLUSAS NO VALOR COTADO TODOS OS TRIBUTOS E ENCARGOS FISCAIS, SOCIAIS, TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIOS E COMERCIAIS E, AINDA, OS GASTOS COM TRANSPORTE, CARGA E DESCARGA E ACONDICIONAMENTO DOS PRODUTOS EM EMBALAGENS ADEQUADAS.
- 2 VALIDADE DA PROPOSTA: **60 (SESSENTA) DIAS.**
- 3 PRAZO DE INICIO DE FORNECIMENTO DE ACORDO COM O ESTABELECIDO NO TERMO DE REFERENCIA (ANEXO I) DO EDITAL DESSE PROCESSO.
- 4 QUE NÃO INCIDE NAS VEDAÇÕES PREVISTAS NA LEI Nº 14.133/2021.
- 5 QUE O PRAZO DE INICIO DA ENTREGA DO OBJETO SERÁ DE ACORDO COM OS TERMOS ESTABELECIDOS NO ANEXO I, DESTE EDITAL A CONTAR DO RECEBIMENTO, POR PARTE DA CONTRATADA, DA ORDEM DE COMPRA OU DOCUMENTO SIMILAR. TODOS OS BENS SERÃO AVALIADOS, SOB PENA DE DEVOLUÇÃO DE NÃO ACEITE, CASO NÃO ATENDA A DESCRIMINAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA DO REFERIDO EDITAL OU DE MÁ QUALIDADE.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA DE PINHEIRO MACHADO
Setor de Licitações

Fl. nº	
--------	--

LOCAL E DATA

CARIMBO DA EMPRESA/ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

OBS. SERÃO DESCLASSIFICADAS AS PROPOSTAS QUE APRESENTAREM COTAÇÕES CONTENDO PREÇOS EXCESSIVOS, SIMBÓLICOS, DE VALOR ZERO OU INEXEQUÍVEIS, NA FORMA DA LEGISLAÇÃO EM VIGOR, OU AINDA, QUE OFEREÇAM PREÇOS OU VANTAGENS BASEADAS NAS OFERTAS DOS DEMAIS LICITANTES.

ANEXO IV - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXX

Processo nº: 59/2026

Objeto: Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e Vestimenta Regulamentar do Trabalho (VRT).

Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico SRP.

O Município de Pinheiro Machado, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ/MF n.º 88.084.942/0001-46, com sede na cidade de Pinheiro Machado/RS, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, XXXXXXXX, matrícula nº XXXXXXXX, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Municipal nº 1479, de 22 de julho de 2025, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO E FISCALIZAÇÃO:

- 1.1. A presente Ata tem por objeto a aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e Vestimenta Regulamentar do Trabalho (VRT), devidamente especificado(s) no Termo de Referência, anexo do(a) Pregão Eletrônico 59/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.
- 1.2. A fiscalização do recebimento dos materiais da presente ata de registro de preços será executada por servidor designado na Nota de Empenho, conforme indicação da Secretaria requisitante.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:

- 2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

DADOS DO FORNECEDOR				
ITEM	UNIDADE	QTDE MÁXIMA	VALOR UN	VALOR TOTAL

- 2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

- 3.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

4. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA:

- 4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, a contar do dia XXXXXX, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
 - 4.1.1. Em caso de prorrogação da Ata de Registro de Preços, os quantitativos originalmente registrados serão renovados integralmente, adicionando-se novo quantitativo equivalente ao previsto na ata original.
- 4.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
 - 4.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 4.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
- 4.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
 - 4.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário.
 - 4.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
 - I. Aceitarem cotar os itens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
 - II. Mantiverem sua proposta original.
 - 4.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 4.5. O registro a que se refere o item 4.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 4.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 4.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o inciso II do subitem 4.4.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
 - 4.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
 - 4.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.
- 4.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 4.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no

edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

- 4.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 4.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sítio <https://www.pinheimomachado.rs.gov.br/>.
- 4.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, observando o item 4.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 4.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o inciso I do item 4.4.2, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
 - 4.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
 - 4.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 4.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

5. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

- 5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
 - 5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
 - 5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
 - 5.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

- I. No caso do reajuste, deverá ser respeitada a contagem da anualidade a contar da data do orçamento estimado que é 11/02/2026 e o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo);
- II. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

6. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS:

- 6.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
 - 6.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
 - 6.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o órgão convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
 - 6.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
- 6.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao órgão a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
 - 6.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
 - 6.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 7.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
 - 6.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o órgão convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 4.7.
 - 6.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 7.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

6.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, o órgão atualizará o preço, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS:

7.1. O registro do fornecedor será cancelado quando o fornecedor:

7.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

7.1.2. Não entregar o item/serviço, no prazo estabelecido pela Administração no instrumento contratual ou equivalente, sem justificativa razoável; ou

7.1.3. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

I. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

7.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 7.1 será formalizado por despacho do órgão, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

7.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

7.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

7.4.1. Por razão de interesse público; ou

7.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior.

8. DAS PENALIDADES

8.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

8.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9. CONDIÇÕES GERAIS

9.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência e no Edital.

E por estarem justos e acertados, assinam a presente Ata de Registro de Preços de forma digital, para que produza os efeitos legais.

Local e data
Assinaturas

Representante legal do órgão e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)